

NOTAS E INFORMAÇÕES

Dívida Externa

A grave decisão

Depois de tudo o que se disse da atitude do Brasil na negociação da dívida externa; depois do que se soube com referência à firme disposição de Brasília de resistir à pressão dos credores, que desejam receber parcela dos juros antes de iniciar as conversações; depois do que se soube da alardeada disposição da "irmandade da Economia" de não ceder (afinal, o lema ainda é "vencer ou vencer"), só resta esperar para conhecer a resposta do governo brasileiro aos credores estrangeiros. Só então se ficará sabendo quem acabou triunfando: o presidente da República, que conheceu a realidade das coisas em sua permanência no Japão, ou os "irmãos", que pareciam até anteontem firmes em sua posição.

A reunião do presidente Fernando Collor com os membros da equipe econômica terminou em clima de tranquilidade, sendo a imprensa informada de que a contraproposta brasileira foi fechada. Seu teor, não se conhece; possivelmente hoje chegarão a nós algumas de suas linhas. Cabe ver que, na hipótese de prevalecer a linha traçada pelo presidente em seu último discurso em Tóquio, o Executivo se dispôs a enfrentar séria oposição no Senado, onde deverá ser votado, no próximo dia 21, projeto de resolução que estabelece as condições a ser seguidas pelos negociadores, as quais negam do início ao fim as intenções enunciadas pelo presidente em sua fala aos empresários japoneses.

O conflito com os retrógrados com assento no Senado não é o único obstáculo que se ergue à disposição de Fernando Collor de situar-se diante do mundo das finanças internacionais numa posição madura, inteligente e, por que não dizê-lo, altiva e soberana. Há outra dificuldade mais sutil. Embora não tenha ostensivamente o sentido de dar apoio à atitude inicial da ministra Zélia Cardoso de Mello de impor aos credores o não pagamento dos juros atrasados antes de começar a negociação, a homenagem que um grupo de empresários lhe promete prestar neste fim de semana em São Paulo poderia servir, até ontem pelo menos, para reforçar a posição da ministra no terreno das negociações externas. É pena que os empresários não tenham sabido definir, antes da adesão, se são "selvagens" ou não; se pertencem ou não à "elite" tão condenada pelo presidente; se se consideram ou não responsáveis pela indexação informal dos salários e preços e pela alta da inflação. Seguramente não se consideram tal.

Desse modo, os que não comparecerem a essa moderna forma de beija-mão, que é o jantar de homenagem, serão vistos pelo Executivo (ou pelos fiscais da economia de mercado que se refugiam por detrás das mesas em Brasília) como representantes de tudo aquilo



que contra eles disse o porta-voz da Presidência e afirmaram os auxiliares da ministra.

Essas são as contradições visíveis das ditas classes produtoras. O que interessa, porém, é reforçar fileiras das pessoas de bom senso, para que a posição assumida em Tóquio pelo presidente acabe por tornar-se moeda corrente nos gabinetes de Brasília: a posição do Brasil nas negociações é séria e, por ser, o País está disposto a entrar

em um "processo difícil" de negociação — difícil não pela proposta que foi apresentada, mas "pelas somas e pelos interesses envolvidos neste caso".

O discurso do presidente talvez tenha sido dos mais felizes que proferiu desde que assumiu o governo. Descartando as passagens — felizmente poucas — em que sugere que se fez aquilo que está apenas começado ou nas intenções do Executivo, S. Exa. faz colocação absolutamente correta da relação entre a Brazilian Corporation, em estado pré-falimentar, e seus credores. A ninguém interessa a falência da empresa; para que ela possa saldar seus débitos, no entanto, é preciso que lhe sejam concedidos prazos razoáveis de pagamento, novos créditos (investimentos) e ela pague conforme tenha condições de fazer.

Nesse particular, é discutível se a condena-

ção feita pelo presidente da acumulação de saldos comerciais com o Exterior deve merecer o repúdio que se observa na fala de Fernando Collor, ainda que mascarado pelo prefixo "mega". De qualquer forma, ao proclamar a seriedade da intenção de negociar; a disposição de não impor "limites quanto ao que se negociará, o que significa toda a dívida, até os juros atrasados", o presidente deixou nitidamente estabelecido que existe um campo em que se podem conciliar os interesses de todos. Em outras palavras, afirmou que do lado brasileiro não há o desejo de fazer um jogo soma zero (em que o ganho de um é necessariamente a perda de outro), mas outro em que o ganho máximo de um é pequeno e pode ser positivo para o outro cuja perda é mínima. Dentro desse padrão, jogam os diplomatas civilizados.

Como já observamos em comentário anterior, o contato com o primeiro-ministro francês, com o vice-presidente norte-americano e com o primeiro-ministro japonês deve ter aberto ao presidente Fernando Collor a janela do mundo — e por ela S. Exa. descortinou paisagem mais ampla, diversa da que divisava pela seteira do castelo medieval construída pelo nacionalismo e pelo orgulho fora de propósito da "irmandade da Economia" para o presidente observar, de um ângulo muito estreito, o movimento dos inimigos que tramam contra o Brasil no além-mar.